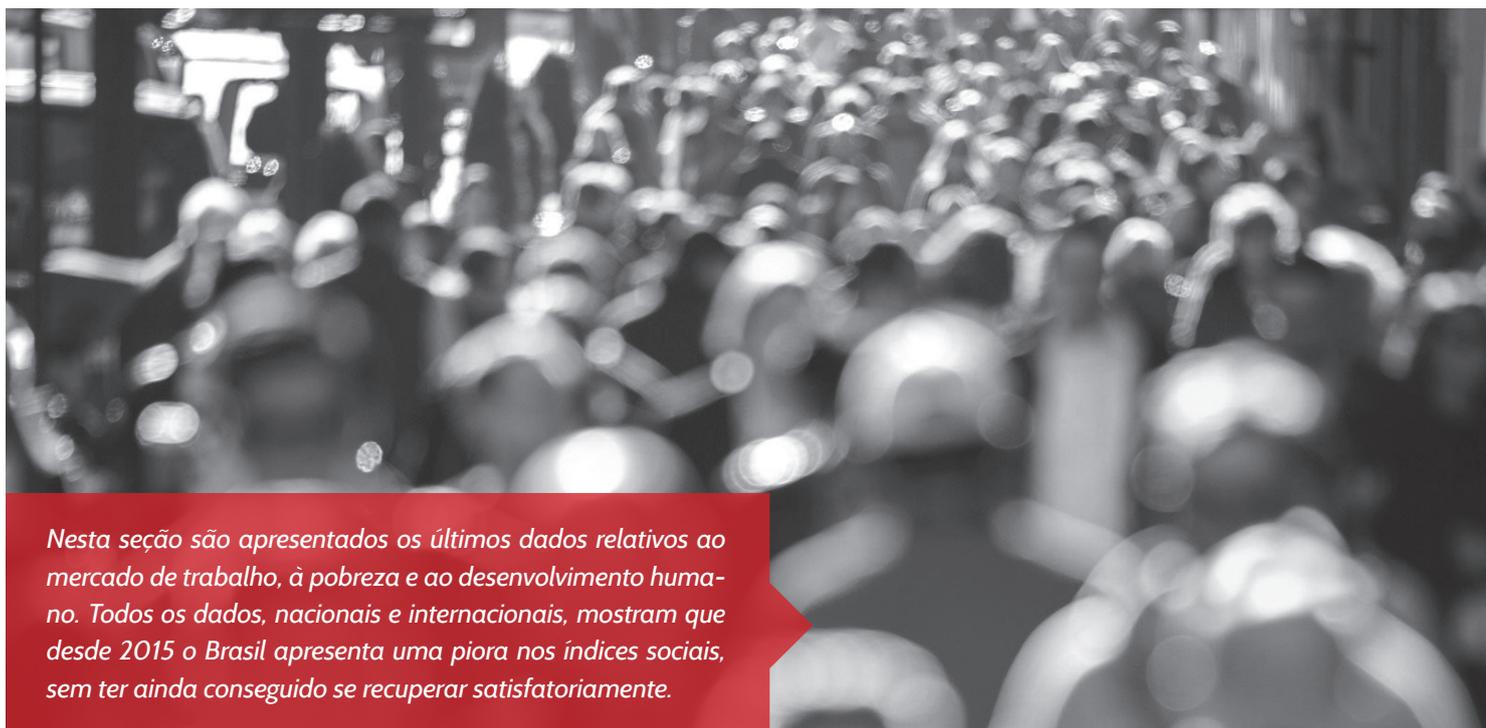


SOCIAL



Nesta seção são apresentados os últimos dados relativos ao mercado de trabalho, à pobreza e ao desenvolvimento humano. Todos os dados, nacionais e internacionais, mostram que desde 2015 o Brasil apresenta uma piora nos índices sociais, sem ter ainda conseguido se recuperar satisfatoriamente.

Alto desemprego e crescente precariedade

A taxa de desocupação no trimestre de maio a julho de 2018 chegou a 12,3%. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é 0,6 ponto percentual menor que no trimestre de fevereiro a abril de 2018 e 0,5 ponto percentual menor que no mesmo trimestre do ano anterior.

Apesar da queda na taxa de desocupação e na população desocupada, essa última é de 12,9 milhões de pessoas. Já a subutilização (que soma os desocupados, os que desistiram de procurar emprego e aqueles que trabalham menos horas do que gostariam) chegou a 27,6 milhões de pessoas, cerca de um milhão a mais que no mesmo trimestre do ano de 2017. Isso ocorre em grande parte por efeito da ampliação dos que desistiram de procurar emprego (desalentados) e que, assim, saíram da estatística de desocupados: o número de desalentados cresceu de quatro milhões de pessoas de maio a julho de 2017 para 4,8 milhões de maio a julho de 2018, um dos maiores índices da série histórica iniciada em 2012. Já o percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ou desalentada foi estimado em 4,4% no trimestre de maio a julho de 2018, contra 3,8% no mesmo trimestre do ano anterior.

A população ocupada foi de 91,7 milhões no trimestre, 928 mil pessoas a mais em relação ao trimestre móvel anterior (fevereiro a abril de 2018). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (90,7 milhões), houve alta de 1,1%. Essa alta ocorre com o aumento do emprego sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria: o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33 milhões) ficou estável em relação ao trimestre imediatamente anterior e ao mesmo trimestre no ano anterior; o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior e subiu 3,4% (mais 368 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior; já a categoria de trabalhadores por conta própria (23,1 milhões) ficou estável na comparação com o trimestre de fevereiro a abril de 2018 e, em relação ao mesmo período do ano anterior houve alta de 2,1% (mais 483 mil pessoas).

Os dados mostram que as ocupações geradas a partir da Reforma Trabalhista têm sido puxadas pela informalidade e pelo aumento do trabalho por conta própria. Mesmo assim, ainda há 12,9 milhões de brasileiros desocupados e, em uma perspectiva mais ampla, 27,6 milhões de subutilizados.

Por outro lado, o rendimento médio mensal real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas

tem crescido e foi de 2.205 reais no trimestre de maio a julho de 2018, mas apresenta grandes diferenças em relação ao sexo dos trabalhadores,

também segundo a Pnad: o rendimento médio das mulheres ocupadas equivaleu a 77% do rendimento dos homens ocupados.

Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido no mês de referência de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por sexo e diferença de rendimento

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homens	R\$ 2.436	R\$ 1.702	R\$ 1.590	R\$ 2.867	R\$ 2.703	R\$ 2.757
Mulheres	R\$ 1.864	R\$ 1.523	R\$ 1.368	R\$ 2.057	R\$ 2.006	R\$ 2.095
Mulheres/Homens	77%	89%	86%	72%	74%	76%

Fonte: Elaboração própria a partir de Pnad

Nas duas regiões com menores salários essa diferença foi menor, com o salário das mulheres correspondendo a 89% do salário masculino no Norte e 86% do salário masculino no Nordeste. Um dos motivos é a maior proximidade dos rendimentos médios de ambas as regiões ao salário mínimo, considerado uma espécie de piso da remuneração.

Nas regiões com maiores rendimentos, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o percentual foi respectivamente de 72%, 74% e 76%, evidenciando também o fenômeno do teto de vidro, em que as mulheres têm mais obstáculos para alcançar salários mais altos nos locais onde empregos condizentes estão disponíveis apesar de terem maior escolaridade que os homens, seja por preconceito, seja por obrigações domésticas como trabalho de cuidado ou trabalho doméstico.

Além disso, as mulheres gastam parte maior de seu tempo do que os homens com trabalho doméstico e atividades de cuidado não remuneradas, retirando-lhes tempo que poderia ser remunerado no mercado de trabalho/gerar rendimentos, contribuindo também para a redução de seus rendimentos em relação à população masculina.

Já os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que houve um saldo positivo de 110.431 vagas formais em agosto de 2018 (sendo o setor de serviços responsável pela criação de 66.256 postos formais em agosto e, dentro dele, o subsetor de ensino responsável pela criação de 20.338 postos formais), o melhor resul-

tado para um mês de agosto desde 2013. O saldo de contratos intermitentes em agosto foi de 3.996 e de trabalho parcial 3.165.

No entanto, desde a vigência da Reforma Trabalhista só foram gerados, segundo o Caged, 150 mil postos de trabalho formais, frente a uma desocupação que acomete 12,9 milhões de desocupados.

Pobreza: austeridade traz de volta a pobreza

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado na imprensa mostra que de 2014 a 2017 o Brasil tem 6,3 milhões de novos pobres, caracterizados como aqueles brasileiros que vivem com menos de 233 reais mensais.

Segundo a pesquisa, o percentual de brasileiros pobres saltou de 8,3% em 2014 - após queda contínua e acentuada desde 2003 - para 11,1% em 2017, o que dá uma dimensão do impacto da crise econômica no país. Os próprios autores da pesquisa apontam que o último trimestre de 2014 é um marco, pois no início de 2015, com a adoção da austeridade fiscal e o consequente corte das políticas sociais, o quadro se modificou e a pobreza voltou a crescer no país.

Por outro lado, dados do Banco Mundial mostram que aumentou também a pobreza extrema (ou miséria) no Brasil: em 2015, 3,4% ou 6,9 milhões de brasileiros viviam com menos de 1,9 dólar por dia - o equivalente a 4,1 reais à época. Um ano antes, esse percentual era de 2,8% da população.

Os dados mostram a dimensão do desmonte e o impacto social das políticas de austeridade fiscal,

que fizeram o Brasil retroceder anos no combate à pobreza, impactando diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Índice de Desenvolvimento Humano: Brasil estagnado

Dados do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud) mostram que o Brasil está estagnado em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De 2016 a 2017, o Brasil cresceu somente 0,001 no Índice (a tabela abaixo mostra que o efeito da crise do país, em especial na renda, caiu de 2015 para 2016) e se manteve na 79ª posição internacional.

Tendência do IDH do Brasil com base em dados de séries temporais consistentes

	Esperança de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos de estudo	RNB per capita (2011 PPP\$)	IDH
1990	65,3	12,2	3,8	10,697	0,611
1995	67,6	13,3	4,6	11,097	0,648
2000	70,1	14,3	5,6	11,197	0,684
2005	72,0	13,8	6,3	12,041	0,700
2010	73,8	14,0	6,9	14,112	0,727
2015	75,3	15,4	7,6	14,350	0,757
2016	75,5	15,4	7,8	13,730	0,758
2017	75,7	15,4	7,8	13,755	0,759

Fonte: Índices e Indicadores de Desenvolvimento Humano: atualização estatística de 2018

O IDH é computado levando em consideração aspectos da saúde, educação e renda da população e, quanto mais alto seu valor melhor seria o desenvolvimento humano do país. O Brasil continua no quinto lugar entre os países latino-americanos, atrás de Chile, Argentina, Uruguai e até mesmo da Venezuela. Esse último país, apesar de estar sofrendo grande crise econômica e política, ainda apresenta indicadores mais positivos que o Brasil, em especial no quesito educação.

Porém, segundo o Pnud, no IDH ajustado à desigualdade, o Brasil é o terceiro país da América do Sul que mais perde no IDH devido ao ajuste realizado pela desigualdade, ficando atrás do Paraguai e da Bolívia.

Outro ponto em que o Brasil mostra sua desigual-

dade é novamente na questão de gênero: segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); o IDH masculino é de 0,761, enquanto o feminino é de 0,755. “Apesar de as mulheres terem melhor desempenho na dimensão educação e longevidade que os homens, a renda das mulheres é 42,7% menor que a dos homens: 17,566 para os homens contra 10,073 para as mulheres”.

Fato destacado pelo Pnud é que o ritmo de evolução do índice baixou drasticamente nos últimos anos: entre 2012 e 2014, o índice aumentou 0,016, enquanto entre 2014 e 2017 cresceu apenas 0,007. Assim, também os dados de IDH mostram que o Brasil está estagnado no seu desenvolvimento devido aos efeitos da adoção da austeridade e da crise econômica.